

“SÓ DE GENTE”¹

“Usam-se muitas palavras para um simples desejo e talvez nenhuma delas vingue”.

MÜLLER, Herta. *Tudo o que eu tenho trago comigo*. Tradução de Aires Graça. 2ª edição. Lisboa: D. Quixote, 2010, p. 198.

A timidez é uma virtude privada, mas um vício público. Explicando-me melhor: na actual sociedade “mediática” que se faz em larga medida do espectáculo da política, dos *talk-shows* televisivos, da “sindicalização” das ideias, etc. ser-se tímido é uma enorme e, porventura, irremediável desvantagem; em contrapartida, esse estado psico-físico (sim, também físico, porque o tímido, por regra, sua abundantemente, cora sem razão...) permite à respectiva vítima “abrir-se” mais a uma vida introspectiva, reflectindo demoradamente sobre os “ruídos” que lhe chegam do exterior, desse mundo que habita mas onde vive como “estrangeiro”.

Caso o “tímido” se decida a abraçar uma carreira jurídica, dificilmente terá sucesso. É que o Direito afirma-se hoje e cada vez mais como a arte da argumentação prática, e o “tímido” articula mal em público as ideias que “arquitectura” ou a que adere. Estará, talvez, mais calhado para a Filosofia que alimentará a partir da sua rica experiência interior num esforço egóico de descoberta da Verdade. Mas encerrado na sua “torre de marfim”, não sabendo ou querendo expor à crítica alheia as fundamentais conclusões a que vai chegando, correrá o risco de cair numa *petitio principii* ou num *regressus ad infinitum* que lhe estiolará a massa encefálica. Também o “tímido” convive mal com a democracia. Julgando-se, intelectualmente, superior, imaginar-se-á mais no papel de um Ditador iluminado cuja mundivisão, diaria e abnegadamente, entretecida no retiro do seu gabinete terá a seus olhos a clarividência profética das utopias que revolucionaram o mundo.

Eu próprio mais do que a timidez já senti *fisicamente* a solidão... Foi algures no final da década de 70, num quarto de um hotel de 3ª categoria, após um dia esgotante a recontar aleatoriamente exemplares de obras diversas num armazém sediado nos subúrbios do Rio de Janeiro. Miseravelmente abandonado, estava, em simultâneo, perigosamente exposto à minha própria irracionalidade e à dos outros. Em suma: creio que estaria “pronto” para prevaricar, caso conseguisse vencer as “barreiras” que aquela asfixiante solidão me impunha. Afinal, tudo se resolveu com uns copos a mais e um “passoio” temerário pelas redondezas... Assim, também, há dois ou três dias atrás num caso amplamente noticiado pela imprensa que ilustra, exemplarmente, a realidade social hodierna em que cada um de nós conhece e sente mais a tragédia dos mineiros chilenos

¹ Sirvo-me de uma expressão usada por Teresa Pizarro Beleza num texto belíssimo publicado nesta “página de opinião”, em 26 de Abril de 2010: *Estou a pensar casar com o meu cão*.

que o drama vivido por quem habita no andar abaixo ou ao lado do nosso: uma mulher idosa é encontrada morta no seu apartamento onde “jazia” há nove anos sem que vizinhos e/ou autoridades notassem a sua ausência, tendo até desconsiderado as diligências realizadas pela única pessoa que procurou averiguar a situação; a solitária companhia da idosa era um cão encontrado, também, morto no dito apartamento.

Vem tudo isto a propósito da breve reflexão que me proponho fazer sobre o estado actual da nossa democracia dita “representativa”. O direito é uma realidade dinâmica que assenta nos seguintes dois princípios fundamentais que vão muito para além dos clássicos *iuris praecepta: honeste vivere, alterum non laeder, suum cuique tribuere* e são o respeito pela dignidade humana e a solidariedade activa entre todos. Todavia, a plena realização desses princípios em democracia obriga a uma participação cotidiana e exigente dos cidadãos na gestão da *res publica* que está longe de se esgotar na militância partidária e/ou no exercício regular do direito de sufrágio. Muito pelo contrário: diz-se tradicionalmente que não tem Constituição o Estado que não possua uma lei que garanta os direitos e liberdades individuais e estatua sobre a organização do poder político; também, a meu ver, não viverá em democracia o povo que, institucionalmente, não disponha dos mecanismos que lhe permitam intervir, directa e efectivamente, na direcção dos assuntos públicos locais mas, também, nacionais.

É essa vivência democrática popular que eu e muitos outros pressentimos na manhã do dia 25 de Abril do já distante ano de 1974, mas que logo se esfumou assim que vimos aparecer nas pantalhas dos nossos televisores (à época a “preto e branco”) as sisudas figuras dos membros de o Conselho da Revolução. Mas que, entretanto, impõe a todos – e, muito particularmente, àqueles que perservam a memória desses breves instantes de cidadania a corpo inteiro – o dever de se “bater” por espaços públicos cada vez mais alargados de discussão de ideias e tomada de decisões políticas.

Assim, de igual modo, nas Escolas, sendo sempre de saudar “páginas de opinião” como esta que, incentivando-me a superar a minha incómoda timidez misantrópica, favorecem a pluralidade de ideias e nos convidam a um saudável confronto de pontos de vista. A isto chamo “ensaiai” uma democracia aberta e participativa !

João Varela

Fevereiro de 2011